

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1989)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A imagem do fracasso



Foto de Lula diante de uns gatos-pingados em pleno 1.º de Maio revela que a agenda do PT é vazia como aquela plateia e que o presidente não tem conexão com os trabalhadores do século 21

É histórica, desde já, a constrangedora foto do presidente Lula da Silva discursando para um punhado de gatos-pingados em pleno 1.º de Maio. A imagem não deixa margem para dúvida: a agenda política da esquerda – e a do PT, em particular – se desvela hoje tão vazia quanto a mingua da plateia reunida anteontem no estacionamento do estádio do Corinthians, em Itaquera, zona leste da capital paulista. Pouca gente se abalou a ouvir o que Lula tinha a dizer no Dia do Trabalho porque o próprio presidente

não consegue se conectar com os trabalhadores do século 21.

Em cima do palanque, confrontado por tantas clareiras diante de seus olhos mal-acostumados com aquela cena desoladora, especialmente no Dia do Trabalho, Lula se exasperou. “O ato está mal convocado”, resmungou o petista. “Nós não fizemos o esforço necessário para levar a quantidade de gente que era preciso levar”, reclamou, dirigindo a bronca ao secretário-geral da Presidência, Márcio Macedo, a quem Lula atribuiu a missão de ser o “responsável pelo movimento social brasileiro”, seja lá o

que isso significue.

Não se sabe qual foi a estratégia de comunicação do governo para a celebração do Dia do Trabalho, um marco importante para a construção da persona pública de Lula, por razões óbvias. O fato é que, por mais brilhante que essa estratégia tivesse sido – e ainda por cima contando com recursos dos contribuintes, por meio da Lei Rouanet, de patrocínio da Petrobras e de filmagem da estatal Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) –, o ato não poderia ser diferente do fiasco que foi por uma razão fundamental: o Brasil é governado por um presidente que não viu o tempo passar.

Lula ainda pensa como o sindicalista que eletrizava os trabalhadores com seus discursos na Vila Euclides, São Bernardo do Campo (SP), no fim dos anos 1970. Não apenas o País não é o mesmo no qual Lula ascendeu como uma liderança política popular, como o mundo mudou por completo desde que o petista chegou à Presidência pela primeira vez, há mais de 20 anos. Ao longo desse tempo, houve transformações profundas não só das relações de trabalho – outrora baseadas na oposição entre patrões e empregados –, mas também, e principalmente, na visão que os próprios trabalhadores passaram a ter de seus meios de subsistência.

Fortíssimos durante décadas, até por força de imposição legal, os sindicatos e as centrais sindicais, que tradicionalmente enchiam as ruas no 1.º de Maio, hoje não passam de um decalque esmaecido de uma representação profissional que no auge do sindicalismo já era passível de críticas por suas vincula-

ções partidárias. De uns anos para cá, as guildas estão irremediavelmente desacreditadas por uma massa de trabalhadores que não se sentem representados nem querem sê-lo, muito mais interessados que estão em empreender por conta própria.

Nem Lula nem o PT enxergam isso. Basta dizer que reduziram o fiasco do 1.º de Maio a um problema de “comunicação”. Tanto não compreendem a transformação da realidade que os cerca que, dia sim e outro também, insistem em condenar a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso em 2017. Ao contrário de “precarizar” o mercado de trabalho, como acusam esses ditos “progressistas”, a reforma se impôs pela realidade de milhões de trabalhadores autônomos que já eram precarizados e, portanto, precisavam de um marco legal para protegê-los – e proteger, sobretudo, sua liberdade de tomar as rédeas da própria vida.

O mercado de trabalho está aquecido e a renda média aumentou, ainda que pouco. Mas nem assim os trabalhadores, ao que parece, conseguem vincular esse cenário menos adverso à figura do presidente da República. Decerto porque, como ficou claro em seu discurso em Itaquera, Lula não tem qualquer projeção de futuro mais auspiciosa a lhes oferecer. E, ademais, porque o petista insiste em uma agenda econômica fracassada, baseada no intervencionismo e no desbragado gasto estatal, que, ao longo dos governos petistas, prejudicou justamente a chamada classe trabalhadora.

Lula pode não ter visão sobre o novo mundo do trabalho. Mas os trabalhadores têm memória. ●

Panela de pressão indígena

A lentidão na demarcação de terras envolve um governo inerte, um STF que revê o próprio entendimento e um Legislativo que se sente abalado. Nessa confusão só há um vencedor: o crime

O ruído do grito de organizações indígenas reunidas recentemente no Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, o tom e a intensidade das críticas e a crescente frustração de lideranças com o que consideram letargia na demarcação de terras são três dos sinais mais evidentes de uma bomba-relógio já armada: há um clima cada vez mais generalizado de insatisfação dos movimentos indígenas. Incomodados com a distância que separa aquilo que o candidato Lula da Silva prometeu do que efetivamente foi cumprido, indígenas divulgaram um duro documento e, recebidos no Palácio do Planalto, fizeram cobranças diretas. Queixosos, mas preocupados em aliviar a barra presidencial, responsabilizaram ministros pelos problemas. Como

é seu hábito ao sentir-se confrontado por descumprir promessas, justificar a inépcia do governo e resumir o mundo entre bons e maus, Lula transferiu a culpa para governadores e fazendeiros.

Como em muitas outras agendas relevantes, na eleição Lula havia prometido aos indígenas o paraíso na terra caso retornasse ao Palácio do Planalto. Aos movimentos indígenas parecia um triunfo ainda mais inevitável depois de quatro anos precisando lidar com um governo que só enxergava entre os povos originários verdadeiros inimigos a combater, e via o perigo brotar das árvores da floresta. Ocorre que o então candidato lulopetista os fez acreditar que tudo seria luminosamente distinto: indígenas seriam protegidos, terras seriam homologadas e demarcadas nos primeiros 100 dias de mandato e os con-

flitos enfim cessariam. A realidade, no entanto, desabonou tais promessas.

Antes fosse um risco político restrito a líderes lulopetistas. A questão se torna mais grave quando uma soma de equívocos pode converter a frustração indígena num ambiente de guerra. “Declaração de guerra” contra os povos indígenas e seus territórios, a propósito, foi a expressão não aleatoriamente usada pelas organizações que assinam o documento no qual condenam as recentes decisões que suspendem as demarcações de terras. Pesa, para essa avaliação, tanto a tibieza da política indigenista do governo Lula – hoje não muito mais do que simbologias, materializadas na pouca ou nenhuma força prática do Ministério dos Povos Indígenas e no fracasso, por exemplo, na tentativa de salvar os yanomamis da tragédia humanitária – como também as erráticas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) no trato da matéria.

No ano passado, ao rejeitar a tese do chamado marco temporal, o STF julgou contra a Constituição e a própria jurisprudência definida em 2009 – aquela segundo a qual os povos indígenas só poderiam reivindicar as terras que ocupavam na data de promulgação da Constituição. Há poucos dias, em vez de fazer o controle da constitucionalidade, o ministro Gilmar Mendes, do STF, preferiu abrir um processo de “conciliação”, convocando os autores das ações em

curso, como se a Suprema Corte fosse uma câmara de conciliação para negociar um direito previsto em lei. Para completar ainda se assiste à disfuncionalidade das relações entre os Poderes, com um Legislativo sentindo sua competência abalada pelo Supremo, um Judiciário que revê o próprio entendimento e um Executivo que trafega entre a fragilidade de sua base de apoio, promessas descumpridas e a tentativa de criminalizar ruralistas dentro e fora do Congresso.

Só há um vitorioso nessa barafunda: o ecossistema do crime que atua na Amazônia. A ausência de pacificação institucional que dê fim aos conflitos – na interpretação da lei e no confronto direto nas terras – interessa tão somente àqueles que operam na ilegalidade. Diferentemente do que acredita a paje-lança do governo, o agronegócio não é contrário à proteção dos povos originários. O que se acredita é que essa proteção não demanda a criação indefinida de novas reservas, que acaba transformando indígenas em objeto de eternas contendas políticas. Eis por que é preciso baixar o fogo dessa panela de pressão. Ao governo, convém acelerar sua inquestionável lentidão. Ao Supremo, é hora de resolver e não amplificar a confusão jurídica. Aos indígenas, os maiores penalizados, resta acreditar que a guerra continua a ser mais ineficaz do que pressão e diálogo. ●